DIREITOS DAS MULHERES

Normas Jurídicas Nacionais e Convenções Internacionais

para Plataforma de Ações para Mulheres Verdes

PVMulher

DIREITOS DAS MULHERES

Normas Jurídicas Nacionais e Convenções Internacionais

para Plataforma de Ações para Mulheres Verdes

PVMulher

EXECUTIVA NACIONAL

José Luiz Penna
Presidente

Eduardo Brandão
Vice-presidente e Secretário de Administração

Sandra Menezes
Vice-presidente

Edson Duarte
Vice-presidente

Carla Piranda
Secretária de Organização

José Carlos Lima da Costa
Secretário de Comunicação

José Paulo Tóffano
Secretário de Formação

Reynaldo Morais
Secretário de Finanças

Vera Motta
Secretária de Assuntos Jurídicos

Marcos Belizário
Secretário de Assuntos do Executivo

Sarney Filho
Secretário de Assuntos Parlamentares

Fabiano Carnevale
Secretário de Relações Internacionais

Mariana Perin
Secretária de Juventude

Shirley Torres de Araújo
Secretária da Mulher

Roberto Rocco
Secretário de Mobilização

Dora Cordeiro
Secretária de Direitos Humanos e Diversidade

Roberto Tripoli
Secretário de Direitos dos Animais

Kaká Verá
Secretário de Políticas Indígenas

Oswander Valadão
Secretário Especial das Cidades

Ovídio Teixeira
Secretário Especial de Estratégias Eleitorais

Coordenadorias Gerais

Rudson Leite Norte

Marcelo Silva Nordeste I

Denis Soares Nordeste II

Fernando Guida Leste

Marcelo Bluma Centro

José Luiz Penna Sul

EXECUTIVA NACIONAL

Membros

Eliane Ferreira da Silva
André Moreira Fraga
Cidineia Maria Fontana
Washington Rio Branco
Daniela Carvalhais de Almeida
Aluizio Leite Paredes
Teresa dos Santos Sousa Britto
Francisco Caetano Martins
Cleusa Rosane Ferreira
Fernando Paulo Nagle Gabeira
Marcio Souza
Regina Gonçalves
Jovino Cândido da Silva
Marco Antônio Mroz
José Roberto Tricoli
Eduardo Jorge Martins Alves
Ivanilson Gomes dos Santos
Carlos Antônio Menezes Leite
Alexandre Zaratz Vieira da Cunha
Leonardo Jose de Mattos
Aloisio Antônio Andrade de Freitas
Carlos Augusto Lopes da Costa
Antônio Jorge Melo Viana
Henor Pinto dos Reis
Julia Duppre de Abreu
Rivaldo Fernandes Pereira
Guaraci Fagundes
Francisco Antonio Sardelli
Rogério Menezes de Melo
Ricardo de Oliveira Silva
Claudio Turtelli
Marcello de Lima Lelis

EXPEDIENTE

Shirley Torres de Araújo
Secretária Nacional do PV Mulher

Fernanda Regis Cavicchioli
Consultoria

Projeto Gráfico e Diagramação
Pró Empresa Informática LTDA.

Revisão Gramatical
Laila Di Pietro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 5

2. LEIS ORDINÁRIAS 7

3. LEIS COMPLEMENTARES 32

4. DECRETOS 33

5. DECRETOS NÃO NUMERADOS 54

6. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 64

7. RESOLUÇÕES 65

8. PORTARIAS 66

9. CONVENÇÕES INTERNACIONAIS 84

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 87

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos é um compilado de normas jurídicas nacionais; seleção e endereço para acesso das leis ordinárias e leis complementares e seleção de decretos, emendas, resoluções e portarias que de alguma forma se referem às mulheres brasileiras: seja de forma específica (como por exemplo, a Lei Maria da Penha ou a Lei de Cota Eleitoral de Gênero), seja incluindo-as como maioria tocada pela norma, seja por temas de relevante interesse para as mulheres.

Além das normas jurídicas nacionais relevantes para as brasileiras, apresentamos também as Convenções Internacionais com o propósito de garantir direitos às mulheres. Nesse ponto, destacamos a Convenção Americana sobre Direitos Humanos conhecida como Pacto de San José da Costa Rica e em especial a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher que trata da discriminação contra a mulher em todos os campos: saúde, trabalho, violência, poder. Esta Convenção, aprovada pela ONU em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984 é mais conhecida como CEDAW.

A Legislação Nacional está separada em leis ordinárias, leis complementares, decretos, emendas e ainda constam as resoluções e as portarias; todas subdivididas por ano. Para as leis ordinárias e complementares constam o endereço de acesso no Portal de Legislação do Governo Federal.

Ao tratarmos dos direitos das mulheres brasileiras, devemos dar destaque à Constituição Federal de 1988, que além de apresentar

direitos específicos para mulheres, afirma a importante conquista na perspectiva da igualdade de direitos entre homens e mulheres, no inciso primeiro do artigo quinto:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

O trabalho que se apresenta é a primeira etapa do material que subsidiará a construção da PLATAFORMA DE AÇÕES PARA MULHERES VERDES. Por meio dele será possível consultar rapidamente as normas e convenções que apoiarão a plataforma e demais conteúdos para as demandas femininas dentro do Partido Verde.

LEIS ORDINÁRIAS

As Leis Ordinárias, de acordo com o Portal de Legislação do Governo Federal são "as leis típicas, ou as mais comuns, aprovadas pela maioria dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal presentes durante a votação".

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2015

LEI 13.104, 9 DE MARÇO DE 2015
Tipifica O Feminicídio Como Crime
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

A lei modifica o Código Penal (artigo 121) para inserir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio; crimes de homicídio praticados contra a mulher, por razões de gênero. Para efeitos da tipificação penal, considera-se feminicídio o assassinato de mulher, quando o crime envolve a violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2012

LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

LEI Nº 12.592, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12592.htm

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador.

LEI Nº 12.593, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015.

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

LEI Nº 12.595, DE 19 DE JANEIRO DE 2012

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12595.htm

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2011

LEI Nº 12.381, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12381.htm

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

LEI Nº 12.398, DE 28.03.2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12398.htm

Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos.

LEI Nº 12.403, DE 4 DE MAIO DE 2011.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12403.htm

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Trata da prisão domiciliar para gestante.

LEI Nº 12.415, DE 9 DE JUNHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12415.htm

Acrescenta parágrafo único ao art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

LEI Nº 12.416, DE 9 DE JUNHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12416.htm

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.

LEI Nº 12.418, DE 9 DE JUNHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12418.htm

Altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1o de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos 3% (três por cento) das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

LEI Nº 12.419, DE 9 DE JUNHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12419.htm

Altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

LEI Nº 12.433, DE 29 DE JUNHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

LEI Nº 12.458, DE 26 DE JULHO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/cci-

vil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12458.htm

Estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

LEI Nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12465.htm

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

LEI Nº 12.469, DE 26 DE AGOSTO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12469.htm

Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002.

LEI Nº 12.470, DE 31 DE AGOSTO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12470.htm

Altera os arts. 21 e 24 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Custeio da Previdência Social, para estabelecer alíquota diferenciada de contribuição para o microempreendedor individual e do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda; altera os arts. 16, 72 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social, para incluir o filho ou o irmão que tenha deficiência intelectual ou mental

como dependente e determinar o pagamento do salário-maternidade devido à empregada do microempreendedor individual diretamente pela Previdência Social; altera os arts. 20 e 21 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social, para alterar regras do benefício de prestação continuada da pessoa com deficiência; e acrescenta os § § 4o e 5o ao art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para estabelecer trâmite especial e simplificado para o processo de abertura, registro, alteração e baixa do microempreendedor individual.

LEI Nº 12.483, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12483.htm

Acresce o art. 19-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm

Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo

de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências.

LEI Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm

Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra.

LEI Nº 12.522, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12522.htm

Trata da transferência de recursos a título de subvenções sociais a entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação; prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social.
Altera a Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2010

LEI Nº 12.318, DE 26.8.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Publicada no DOU de 27.8.2010

LEI Nº 12.314, DE 19.8.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12314.htm

Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contra-

tação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 20.8.2010.

LEI Nº 12.313, DE 19.8.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12313.htm

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para prever a assistência jurídica ao preso dentro do presídio e atribuir competências à Defensoria Pública. Prevê que fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.
Publicada no DOU de 20.8.2010.

LEI Nº 12.288, DE 20.7.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
Publicada no DOU de 21.7.2010.

LEI Nº 12.272, DE 24.6.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12272.htm

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
Publicada no DOU de 25.6.2010.

LEI Nº 12.245, DE 24.5.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12245.htm

Altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.
Publicada no DOU de 25.5.2010.

LEI Nº 12.227, DE 12.4.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12272.htm

Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.
Publicada no DOU de 13.4.2010.

LEI Nº 12.206, DE 19.1.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12206.htm

Institui o Dia Nacional da Baiana de Acarajé.
Publicada no DOU de 20.1.2010.

LEI Nº 12.199, DE 14.1.2010

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12199.htm

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento.
Publicada no DOU de 15.1.2010.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2009

LEI Nº 12.133, DE 17.12.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12133.htm

Dá nova redação ao art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.
Publicada no DOU de 18.12.2009.

LEI Nº 12.121, DE 15.12.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12121.htm

Acrescenta o § 3o ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.
Publicada no DOU de 16.12.2009.

LEI Nº 12.116, DE 10.12.2009
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12116.htm

Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.
Publicada no DOU de 11.12.2009.

LEI Nº 12.106, DE 7.12.2009
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12106.htm

Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas e dá outras providências.
Publicada no DOU de 8.12.2009.

LEI Nº 12.104, DE 1º.12.2009
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12104.htm

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.
Publicada no DOU de 2.12.2009.

LEI Nº 12.034, DE 29.9.2009 – COTA ELEITORAL DE GÊNERO
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm

Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.
Publicada no DOU de 30.9.2009.

LEI Nº 12.015, DE 7.8.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm

Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.
Publicada no DOU de 10.8.2009.

LEI Nº 12.004, DE 29.7.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12004.htm

Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.
Publicada no DOU de 30.7.2009.

LEI Nº 11.988, DE 27.7.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11988.htm

Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 28.7.2009.

LEI Nº 11.977, DE 7.7.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 8.7.2009.

LEI Nº 11.970, DE 6.7.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm

Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações. Prevenção de acidentes como escalpelamento que atinge mulheres e crianças.
Publicada no DOU de 7.7.2009.

LEI Nº 11.942, DE 28.5.2009

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm

Dá nova redação aos arts. 14, 83 e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência.
Publicada no DOU de 29.5.2009.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2008

LEI Nº 11.888, DE 24.12.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm

Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.
Publicada no DOU de 26.12.2008.

LEI Nº 11.829, DE 25.11.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11829.htm

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.
Publicada no DOU de 26.11.2008.

LEI Nº 11.804, DE 5.11.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11804.htm

Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.
Publicada no DOU de 6.11.2008.

LEI Nº 11.770, DE 9.9.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11770.htm

Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade (sessenta dias) mediante concessão de incentivo fiscal. A prorrogação será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto. Altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
Publicada no DOU de 10.9.2008.

LEI Nº 11.707, DE 19.6.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm

Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.
Publicada no DOU de 20.6.2008.

LEI Nº 11.698, DE 13.6.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11698.htm

Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada.
Publicada no DOU de 16.6.2008.

LEI Nº 11.695, DE 12.6.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11695.htm

Institui o Dia Nacional da Mamografia.
Publicada no DOU de 13.6.2008.

LEI Nº 11.664, DE 29.4.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11664.htm

Dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
Publicada no DOU de 30.4.2008.

LEI Nº 11.645, DE 10.3.2008

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
Publicada no DOU de 11.3.2008.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2007

LEI Nº 11.633, DE 27.12.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11633.htm

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, garantindo a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto.
Publicada no DOU de 28.12.2007.

LEI Nº 11.634, DE 27.12.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11634.htm

Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Publicada no DOU de 28.12.2007.

LEI Nº 11.489, DE 20.06.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11489.htm

Institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.
Publicada no DOU de 21.6.2007.

LEI Nº 11.441, DE 04.01.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.
Publicado no DOU de 5.1.2007.

LEI Nº 11.577, DE 22.11.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11577.htm

Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.
Publicada no DOU de 23.11.2007.

LEI Nº 11.551, DE 19.11.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11551.htm

Institui o Programa Disque Idoso.
Publicada no DOU de 20.11.2007.

LEI Nº 11.530, DE 24.10.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm

Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências.
Publicada no DOU de 25.10.2007.

LEI Nº 11.464, DE 28.3.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm

Dá nova redação ao art. 2o da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5o da Constituição Federal.
Publicada no DOU de 29.3.2007 ed. extra.

LEI Nº 11.447, DE 5.1.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11447.htm

Altera os arts. 67, 70, 82 e 137 e acrescenta o art. 69-A à Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Estatuto dos Militares, tratando sobre licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a).
Publicada no DOU de 8.1.2007.

LEI Nº 11.445, DE 5.1.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 8.1.2007.

LEI Nº 11.441, DE 4.1.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11441.htm

Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, possibilitando a realização de inven-

tário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa.
Publicada no DOU de 5.1.2007.

LEI Nº 6.307, DE 14.12.2007

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm

Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei da Assistência Social). Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
Publicada no DOU de 17.12.2007.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2006

LEI Nº 11.368, DE 9.11.2006

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11368.htm

Prorroga, para o trabalhador e trabalhadora rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
Publicada no DOU de 10.11.2006.

LEI Nº 11.340, DE 07.08.2006 – Lei Maria da Penha

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8 o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
Publicada no DOU de 8.8.2006.

LEI Nº 11.326, DE 24.7.2006
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Publicada no DOU de 25.7.2006.

LEI Nº 11.324, DE 19.07.2006
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11324.htm

Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995 , 8.212, de 24 de julho de 1991 , 8.213, de 24 de julho de 1991 , e 5.859, de 11 de dezembro de 1972 ; e revoga dispositivo da Lei n o 605, de 5 de janeiro de 1949. Trata da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.
Publicado no DOU de 20.7.2006.

LEI Nº 11.301, DE 10.5.2006
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11301.htm

Altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo, para os efeitos do disposto no § 5o do art. 40 e no § 8o do art. 201 da Constituição Federal, definição de funções de magistério.
Publicada no DOU de 11.5.2006.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2005

LEI N° 11.261, DE 30.12.2005
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11261.htm

Declara Patrona do Feminismo Nacional a escritora Rose Marie Muraro.
Publicada no DOU de 2.1.2006.

LEI N° 11.112, DE 13.05.2005
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11112.htm

Altera o art. 1.121 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para incluir, como requisito indispensável à petição da separação consensual, o acordo entre os cônjuges relativo ao regime de visitas dos filhos menores.
Publicada no DOU de 16.5.2005.

LEI Nº 11.108, DE 07.04.2005

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
Publicada no DOU de 8.4.2005.

LEI N° 11.106, DE 28.03.2005

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm

Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Dos crimes contra os costumes da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com o seguinte título: "Do Lenocínio e do Tráfico de Pessoas". Trata de crimes sexuais, tráfico internacional e interno de pessoas.
Publicada no DOU de 29.3.2005.

LEI Nº 11.096, DE 13.1.2005

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm

Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 14.1.2005.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2003

LEI Nº 10.778, DE 24.11.2003

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.778.htm

Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, de casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
Publicada no DOU de 25.11.2003.

LEI Nº 10.745, DE 9.10.2003

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.745.htm

Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher".
Publicada no DOU de 10.10.2003.

LEI Nº 10.714, DE 13.08.2003

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.714.htm

Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.
Publicada no DOU de 14.8.2003.

LEI Nº 10.683, DE 28.05.2003

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.683.htm

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, transfere a Secretaria Especial de Mulheres do Ministério da Justiça para a Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher do Ministério da Justiça para a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres que já são vinculadas à Presidência da República.
Publicada no DOU de 29.5.2003.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2002

LEI Nº 10.516, DE 11.07.2002

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10516.htm

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER.
Publicada no DOU de 12.7.2002.

LEI Nº 10.406, DE 10.01.2002
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm

Institui novo Código Civil que realiza a compatibilização com a Constituição Federal, regulamentando a igualdade de direitos na sociedade e na família.
Publicada no DOU de 11.1.2002.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 2001

LEI Nº 10.224, DE 15.05.2001
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm

Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.
Publicada no DOU de 16.5.2001.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1999

LEI Nº 9.799, DE 26.05.1999
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9799.htm

Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.5.1999.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1998

LEI Nº 9.709, DE 18.11.1998
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9709.htm

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes.
Publicada no DOU de 19.11.1998.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1997

LEI Nº 9.455, DE 07.04.1997
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9455.htm

Define e pune os crimes de tortura, os torna inafiançável e aumenta-se a pena de um sexto até um terço quando cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos.
Publicada no DOU de 8.4.1997.

LEI Nº 9.459, DE 13.05.1997
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9459.htm

Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e prevê punição de crimes em decorrência de preconceito de etnia, religião ou procedência nacional; acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
Publicada no DOU de 14.5.1997.

LEI Nº 9.504, DE 30.09.1997
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm

Estabelece normas para as eleições e determina que do número de vagas resultante das regras previstas, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.
Publicada no DOU de 1.10.1997.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1996

LEI Nº 9.318, DE 05.12.1996
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9318.htm

Inclui, entre as circunstâncias que agravam a pena, crimes cometidos contra criança, idoso, enfermo ou mulher grávida.
Publicada no DOU de 6.12.1996.

LEI Nº 9.278, DE 10.05.1996
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9278.htm

Reconhece como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem

e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família (união estável).
Publicada no DOU de 13.5.1996.

LEI Nº 9.263, DE 12.01.1996
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm

Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar e o considera livre decisão do casal, devendo o Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito à mulher grávida.
Publicada no DOU de 15.1.1996.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1995

LEI Nº 9.029, DE 13.04.1995
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm

Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 17.4.1995.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1994

LEI Nº 8.971, DE 29.12.1994
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8971.htm

Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.
Publicada no DOU de 30.12.1994.

LEI Nº 8.930, DE 06.09.1994
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8930.htm

Dá nova redação ao art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos nos termos do art. 5o, inciso XLIII, da Constituição Federal; inclui o estupro como crime hediondo.
Publicada no DOU de 7.9.1994.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1993

LEI Nº 8.742, DE 07.12.1993
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Publicada no DOU de 8.12.1993.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1990

LEI Nº 8.072, DE 25.07.1990
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8072.htm

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, incluindo como crimes hediondos o estupro e o atentado violento ao puder.
Publicada no DOU de 26.7.1990.

LEI Nº 8.069, DE 13.07.1990
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
Publicada no DOU de 16.7.1990 e retificado em 27.9.1990.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1989

LEI Nº 7.716, DE 05.01.1989
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, prevendo o racismo como inafiançável e imprescritível.
Publicada no DOU de 6.1.1989 e retificado em 9.1.1989.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1980

LEI Nº 6.791, DE 09.06.1980
http://www2.camara.leg.br/legin/

fed/lei/1980-1987/lei-6791-9-junho-1980-365841-publicacaooriginal-1-pl.html

Institui o "Dia Nacional da Mulher".
Publicada no DOU de 10.6.1980.

LEIS ORDINÁRIAS - ANO: 1977

LEI Nº 6.515, DE 26.12.1977

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm

Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 27.12.1977.

LEIS COMPLEMENTARES

As **Leis complementares**, de acordo com o Portal de Legislação do Governo Federal, "diferem das Leis Ordinárias por exigirem o voto da maioria dos parlamentares que compõe a Câmara dos Deputados e o Senado Federal para serem aprovadas. Devem ser adotadas para regulamentar assuntos específicos, quando expressamente determinado na Constituição da República.

Importante: Só é preciso elaborar uma Lei Complementar quando a Constituição prevê que esse tipo de lei é necessária para regulamentar uma certa matéria".

LEI COMPLEMENTAR Nº 119, DE 19.10.2005

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp119.htm

Acrescenta inciso ao art. 3o da Lei Complementar no 79, de 07.01.1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN e dá outras providências", para incluir a manutenção das casas de abrigo.
Publicada no DOU de 20.10.2005.

DECRETOS

Os Decretos, de acordo com o Portal de Legislação do Governo Federal são "editados pelo Presidente da República, regulamentam as leis e dispõem sobre a organização da administração pública".

DECRETOS – ANO: 2011

DECRETO Nº 7.648, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011

Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 22.12.2011.

DECRETO Nº 7.637, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.
Publicada no DOU de 9.12.2011.

DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e na Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal.
Publicada no DOU de 25.11.2011.

DECRETO Nº 7.626, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011

Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.
Publicada no DOU de 25.11.2011.

DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
Publicada no DOU de 18.11.2011.

DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Publicada no DOU de 18.11.2011.

DECRETO Nº 7.572, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011

Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde.
Publicada no DOU de 30.9.2011.

DECRETO Nº 7.520, DE 8 DE JULHO DE 2011

Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências.
Publicada no DOU de 11.7.2011.

DECRETO Nº 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011

Institui o Plano Brasil Sem Miséria.
Publicada no DOU de 3.6.2011.

DECRETOS – ANO: 2010

DECRETO Nº 7.261, DE 12.8.2010

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 13.8.2010.

DECRETO Nº 7.256, DE 4.8.2010

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Representação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 5.8.2010.

DECRETO Nº 7.235, DE 19.7.2010

Regulamenta a Lei nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.
Publicado no DOU de 20.7.2010.

DECRETO Nº 7.234, DE 19.7.2010

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
Publicado no DOU de 20.7.2010.

DECRETO Nº 7.225, DE 1º.7.2010

Promulga o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, assinado em Assunção, em 20 de junho de 2005.
Publicado no DOU de 2.7.2010.

DECRETO Nº 7.191, DE 31.5.2010

Dispõe sobre a lotação dos cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais de que trata a Lei no 12.094, de 19 de novembro de 2009, e sobre o exercício de seus ocupantes.
Publicado no DOU de 1º.6.2010.

DECRETO Nº 7.179, DE 20.5.2010

Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.5.2010.

DECRETO Nº 7.177, DE 12.5.2010

Altera o Anexo do Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3.
Publicado no DOU de 13.5.2010.

DECRETOS – ANO: 2009

DECRETO Nº 7.053 DE 23.12.2009

Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 24.12.2009.

DECRETO Nº 7.052 DE 23.12.2009

Regulamenta a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas.
Publicado no DOU de 24.12.2009.

DECRETO Nº 7.047 DE 22.12.2009

Institui o Prêmio Mais Mulheres para mulheres com trabalhos e ações de destaque na vida pública nacional.
Publicado no DOU de 23.12.2009 .

DECRETO Nº 7.046 DE 22.12.2009

Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 23.12.2009 .

DECRETO Nº 7.043 DE 22.12.2009

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 23.12.2009.

DECRETO Nº 7.037 DE 21.12.2009

Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-

3 e dá outras providências.
Publicado no DOU de 22.12.2009.

DECRETO Nº 6.995 DE 30.10.2009

Acresce dispositivo ao parágrafo único do art. 1o do Anexo I do Decreto nº 5.174, de 9 de agosto de 2004, para designar a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República como Autoridade Central da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores.
Publicado no DOU de 30.10.2009 - edição extra.

DECRETO Nº 6.950, DE 26.8.2009

Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 27.8.2009.

DECRETO Nº 6.949, DE 25.8.2009

Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Publicado no DOU de 25.8.2009.

DECRETO Nº 6.939, DE 18.8.2009

Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.
Publicado no DOU de 19.8.2009.

DECRETO Nº 6.924, DE 5.8.2009

Institui o Prêmio de "Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha".
Publicado no DOU de 6.8.2009.

DECRETO Nº 6.882, DE 19.6.2009

Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento

Sustentável da Unidade de Produção Familiar - Pronaf Sustentável, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 22.6.2009.

DECRETO Nº 6.872, DE 4.6.2009

Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.
Publicado no DOU de 5.6.2009.

DECRETO Nº 6.861, DE 27.5.2009

Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 28.5.2009.

DECRETO Nº 6.855, DE 25.5.2009

Dispõe sobre o remanejamento de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, altera o Anexo II ao Decreto no 4.625, de 21 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 26.5.2009.

DECRETO Nº 6.811, DE 31.3.2009

Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, altera o Anexo II ao Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e o Anexo II ao Decreto no 6.081, de 12 de abril de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Planejamento, Or-

çamento e Gestão.
Publicado no DOU de 1º.4.2009.

DECRETOS – ANO: 2008

DECRETO Nº 6.706 DE 22.12.2008

Concede indulto natalino e comutação de penas, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 23.12.2008.

DECRETO Nº 6.690 DE 11.12.2008

Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências.
Publicado no DOU de 12.12.2008.

DECRETO Nº 6.572 DE 17.9.2008

Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM e institui o Comitê de Articulação e Monitoramento.
Publicado no DOU de 18.9.2008.

DECRETO Nº 6.509 DE 16.7.2008

Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 17.7.2008.

DECRETO Nº 6.490 DE 19.6.2008

Regulamenta os arts. 8º-D e 8º-E da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania –PRONASCI, e revoga o Decreto no 6.390, de 8 de março de 2008.
Publicado no DOU de 20.6.2008.

DECRETO Nº 6.457, DE 14.5.2008

Dispõe sobre a criação da Medalha "120 Anos da Sanção da Lei Áurea".
Publicado no DOU de 15.5.2008.

DECRETO Nº 6.412, DE 25.3.2008

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 26.3.2008.

DECRETO Nº 6.390, DE 8.3.2008

Regulamenta o art. 8º-F da Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.
Publicado no DOU de 10.3.2008.

DECRETO Nº 6.387, DE 5.3.2008

Aprova o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 6.3.2008.

DECRETO Nº 6.347, DE 8.1.2008

Aprova o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP e institui Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano.
Publicado no DOU de 9.1.2008.

DECRETOS – ANO: 2007

DECRETO Nº 6.294, DE 11.12.2007

Concede indulto natalino e comutação de pena de liberdade, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 12.12.2007.

DECRETO Nº 6.289, DE 6.12.2007

Estabelece o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, institui o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nasci-

mento e Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.
Publicado no DOU de 7.12.2007.

DECRETO Nº 6.272, DE 23.11.2007

Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.
Publicado no DOU de 26.11.2007.

DECRETO Nº 6.269, DE 22.11.2007

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM e institui o Comitê de Articulação e Monitoramento.
Publicado no DOU de 23.11.2007.

DECRETO Nº 6.261, DE 20.11.2007

Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.11.2007.

DECRETO Nº 6.253, DE 13.11.2007

Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 14.11.2007.

DECRETO Nº 6.231, DE 11.10.2007

Institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM.
Publicado no DOU de 15.10.2007

DECRETO Nº 6.230, DE 11.10.2007

Estabelece o Compromisso pela Redução da Violência Contra Crianças e Adolescentes, com vistas à implementação de ações

de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por parte da União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 15.10.2007 .

DECRETO Nº 6.215, DE 26.9.2007

Estabelece o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência - CGPD, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 27.9.2007.

DECRETO Nº 6.202, DE 30.8.2007

Dispõe sobre o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 31.8.2007.

DECRETO Nº 6.177, DE 1.8.2007

Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.
Publicado no DOU de 2.8.2007.

DECRETO Nº 6.175, DE 1.8.2007

Acresce dispositivo ao art. 5º do Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005, que dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude - CNJ, e dá outra providência.
Publicado no DOU de 2.8.2007.

DECRETO Nº 6.135, DE 26.6.2007

Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.
Publicado no DOU de 27.6.2007.

DECRETO Nº 6.122, DE 13.6.2007

Dá nova redação aos arts. 97 e 101 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
Publicado no DOU de 14.6.2007.

DECRETO Nº 6.085, DE 19.4.2007

Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado em 18 de dezembro de 2002.
Publicado no DOU de 20.4.2007.

DECRETO Nº 6.049, DE 27.2.2007

Aprova o Regulamento Penitenciário Federal.
Publicado no DOU de 28.2.2007.

DECRETO Nº 6.040, DE 7.2.2007

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Publicado no DOU de 8.2.2007.

DECRETO Nº 6.019, DE 22.1.2007 (PAC)

Institui o Fórum Nacional da Previdência Social e dá outras providências.
Publicado no DOU de 22.1.2007 - Ed. extra.

DECRETOS – ANO: 2006

DECRETO Nº 5.993, DE 19.12.2006

Concede indulto, comutação e dá outras providências.
Publicado no DOU de 20.12.2006.

DECRETO Nº 5.948, DE 26.10.2006

Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e institui Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo

de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP.
Publicado no DOU de 27.10.2006.

DECRETO Nº 5.947, DE 26.10.2006

Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 5.491, de 18 de julho de 2005, que regulamenta a atuação de organismos estrangeiros e nacionais de adoção internacional.
Publicado no DOU de 27.10.2006.

DECRETO Nº 5.844, DE 13.7.2006

Acresce parágrafos ao art. 78 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
Publicado no DOU de 14.7.2006.

DECRETO Nº 5.840, DE 13.7.2006

Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 14.7.2006.

DECRETO Nº 5.800, DE 8.6.2006

Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
Publicado no DOU de 9.6.2006.

DECRETO Nº 5.753, DE 12.4.2006

Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003.
Publicado no DOU de 13.4.2006.

DECRETO Nº 5.705, DE 16.2.2006

Promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica.
Publicado no DOU de 17.2.2006.

DECRETOS – ANO: 2005

DECRETO Nº 5.639, DE 26.12.2005

Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.
Publicado no DOU de 27.12.2005.

DECRETO Nº 5.620, DE 15.12.2005

Concede indulto condicional, comutação e dá outras providências.
Publicado no DOU de 16.12.2005.

DECRETO Nº 5.557, DE 5.10.2005

Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem instituído pela Lei n] 11.129, de 30 de junho de 2005, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 6.10.2005.

DECRETO Nº 5.490, DE 14.7.2005

Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional de Juventude - CNJ, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 15.7.2005.

DECRETO Nº 5.478, DE 24.6.2005

Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.
Publicado no DOU de 27.6.2005.

DECRETO Nº 5.475, DE 22.6.2005

Altera a denominação e o objetivo da Comissão Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003.
Publicado no DOU de 23.6.2005.

DECRETO Nº 5.472, DE 20.6.2005

Promulga o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, adotada, naquela cidade, em 22 de maio de 2001.
Publicado no DOU de 21.6.2005.

DECRETO Nº 5.459, DE 7.6.2005

Regulamenta o art. 30 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências.
Publicado no DOU de 8.6.2005 e retificado no DOU de 21.6.2005.

DECRETO Nº 5.446, DE 20.5.2005

Acrescenta inciso ao art. 4º do Decreto n] 5.390, de 8 de março de 2005, que aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM e institui o Comitê de Articulação e Monitoramento.
Publicado no DOU de 23.5.2005.

DECRETO Nº 5.397, DE 22.3.2005

Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.
Publicado no DOU de 23.3.2005.

DECRETO Nº 5.390, DE 8.3.2005

Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.
Publicado no DOU de 9.3.2005.

DECRETOS – ANO: 2004

DECRETO Nº 5.295, DE 2.12.2004

Concede indulto condicional, comutação e dá outras providências.

Publicado no DOU de 3.12.2004.

DECRETO Nº 5.273, DE 16.11.2004

Altera os arts. 3, 4, 15 e 18 do Decreto noº 4.773, de 7 de julho de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM.
Publicado no DOU de 17.11.2004.

DECRETO Nº 5.265, DE 5.11.2004

Altera dispositivo do Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR.
Publicado no DOU de 8.11.2004.

DECRETO Nº 5.248, DE 20.10.2004

Publica as metas e prioridades da Administração Pública Federal, para o exercício de 2004.
Publicado no DOU de 21.10.2004.

DECRETO Nº 5.247, DE 19.10.2004

Regulamenta a Medida Provisória nº 200, de 20 de julho de 2004, que dispõe sobre o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.
Publicado no DOU de 20.10.2004.

DECRETO Nº 5.245, DE 15.10.2004

Regulamenta a Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 18.10.2004.

DECRETO Nº 5.234, DE 7.10.2004

Dá nova redação aos arts. 2º e 3º do Decreto nº 4.714, de 30 de maio de 2003, que cria a Câmara

de Política Social, do Conselho de Governo.
Publicado no DOU de 8.10.2004.

DECRETO Nº 5.209, DE 17.9.2004

Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 20.9.2004.

DECRETO Nº 5.199, DE 30.8.2004

Regulamenta a Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 31.8.2004.

DECRETO Nº 5.197, DE 27.8.2004

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 30.8.2004.

DECRETO Nº 5.193, DE 24.8.2004

Dá nova redação aos arts. 3º, 4º, 5º, 8º e 9º do Decreto nº 4.876, de 12 de novembro de 2003, que dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o Programa Diversidade na Universidade.
Publicado no DOU de 25.8.2004.

DECRETO Nº 5.174, DE 9.8.2004

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras

providências.
Publicado no DOU de 10.8.2004.

DECRETO Nº 5.167, DE 3.8.2004

Estende o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 5.030, de 31 de março de 2004, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.
Publicado no DOU de 4.8.2004.

DECRETO Nº 5.090, DE 20.5.2004

Regulamenta a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o programa "Farmácia Popular do Brasil", e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.5.2004.

DECRETO Nº 5.079, DE 12.5.2004

Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, e dá outras providências. Publicado no DOU de 13.5.2004.

DECRETO Nº 5.069, DE 5.5.2004

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca - CONAPE, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 6.5.2004 e retificado pelo DOU de 7.5.2004.

DECRETO Nº 5.051, DE 19.4.2004

Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
Publicado no DOU de 20.4.2004.

DECRETO Nº 5.030, DE 31.3.2004

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar pro-

posta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 1º.4.2004 e republicado no DOU de 2.4.2004.

DECRETO Nº 5.017, DE 12.3.2004

Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças.
Publicado no DOU de 15.3.2004.

DECRETO Nº 5.016, DE 12.3.2004

Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea.
Publicado no DOU de 15.3.2004.

DECRETO Nº 5.015, DE 12.3.2004

Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.
Publicado no DOU de 15.3.2004.

DECRETO Nº 5.005, DE 8.3.2004

Promulga a Convenção nº 171 da Organização Internacional do Trabalho relativa ao Trabalho Noturno.
Publicado no DOU de 9.3.2004.

DECRETOS – ANO: 2003

DECRETO Nº 4.886, DE 20.11.2003

Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.11.2003

DECRETO Nº 4.885, DE 20.11.2003

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacio-

nal de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.11.2003.

DECRETO Nº 4.854, DE 8.10.2003

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 9.10.2003.

DECRETO Nº 4.837, DE 10.9.2003

Dá nova redação aos arts. 1 e 1-A do Decreto nº 408, de 27 de dezembro de 1991, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, trata da composição do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 10.9.2003.

DECRETO Nº 4.773, DE 7.7.2003

Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 8.7.2003.

DECRETO Nº 4.738, DE 12.6.2003

Promulga a Declaração Facultativa prevista no art. 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na mencionada Convenção.
Publicado no DOU de 13.6.2003.

DECRETO Nº 4.714, DE 30.5.2003

Cria a Câmara de Política Social, do Conselho de Governo.
Publicado no DOU de 31.5.2003 - Edição Extra.

DECRETO Nº 4.651, DE 27.3.2003

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 28.3.2003.

DECRETO Nº 4.625, DE 21.3.2003

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 24.3.2003.

DECRETO Nº 4.582, DE 30.1.2003

Regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 31.1.2003.

DECRETOS – ANO: 2002

DECRETO Nº 270, DE 14.11.2002

Aprova o texto da Convenção Internacional 171, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao trabalho noturno.

DECRETO Nº 4.316, DE 29.07.2002

Aprova o texto do Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher.

DECRETOS – ANO: 1995

DECRETO Nº 63, DE 19.04.1995

Aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Criança e Adolescente em matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993.

DECRETOS – ANO: 1994

DECRETO Nº 26, DE 23.06.1994

Determina a suspensão das reservas interpostas pelo governo brasileiro à assinatura da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

DECRETO Nº 107, DE 09.06.1994 – Convenção de Belém do Pará

Aprova o texto da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a mulher assinada em Belém-Pará em 09/06/94.

DECRETOS NÃO NUMERADOS

Os Decretos Não Numerados, de acordo com o Portal de Legislação do Governo Federal, são "editados pelo Presidente da República, possuem objeto concreto, específico e sem caráter normativo. Os temas mais comuns são a abertura de créditos, a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, a concessão de serviços públicos e a criação de grupos de trabalho".

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2011

DECRETO DE 15.3.2011

Convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
Publicado no DOU de 16.3.2011.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2010

DECRETO DE 12.8.2010

Convoca a 2a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.
Publicado no DOU de 13.8.2010.

DECRETO DE 14.7.2010

Altera o art. 3o do Decreto de 1o de agosto de 2003, que cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos.
Publicado no DOU de 15.7.2010.

DECRETO DE 4.6.2010

Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.
Publicado no DOU de 7.6.2010.

DECRETO DE 24.5.2010

Convoca a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sis

DECRETO DE 24.5.2010

Convoca a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 25.5.2010.

DECRETO DE 29.4.2010

Convoca a IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial.
Publicado no DOU de 30.4.2010.

DECRETO DE 8.3.2010

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de criação do Memorial da Mulher Brasileira.
Publicado no DOU de 9.3.2010.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2009

DECRETO DE 4.6.2009

Institui Comitê Executivo para estabelecer programa de cooperação técnica objetivando a construção de agenda de promoção do trabalho decente, de acordo com o Memorando de Entendimento firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho - OIT, datado de 2 de junho de 2003.
Publicado no DOU de 5.6.2009.

DECRETO DE 14.5.2009

Convoca a 1a Conferência Nacional de Saúde Ambiental.
Publicado no DOU de 15.5.2009.

DECRETO DE 23.3.2009

Dá nova redação aos arts. 1o, 3o e 6o do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 24.3.2009

Decreto de 10.3.2009
Acresce parágrafo ao Decreto de 5 de março de 2008, que convo-

ca a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
Publicado no DOU de 11.3.2009 - Edição extra

DECRETO DE 20.1.2009

Convoca a 3a Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca e dá outras providências.
Publicado no DOU de 21.1.2009.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2008

DECRETO DE 8.12.2008

Convoca a 1a Conferência Nacional de Segurança Pública - 1a CONSEG e dá outras providências.
Publicado no DOU de 9.12.2008.

DECRETO DE 7.11.2008

Dá nova redação ao art. 1o do Decreto de 19 de outubro de 2007, que convoca a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
Publicado no DOU de 10.11.2008.

DECRETO DE 14.10.2008

Dá nova redação ao art. 1o do Decreto de 5 de março de 2008, que convoca a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
Publicado no DOU de 15.10.2008

DECRETO DE 29.4.2008

Convoca a 11a Conferência Nacional dos Direitos Humanos, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 30.4.2008.

DECRETO DE 29.4.2008

Convoca a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 30.4.2008.

DECRETO DE 12.3.2008

Dá nova redação ao art. 1o do Decreto de 19 de outubro de 2007, que convoca a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
Publicado no DOU de 13.3.2008
Decreto de 10.3.2008.
Dá nova redação ao art. 1o do Decreto de 28 de novembro de 2007, que convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
Publicado no DOU de 11.3.2008.

DECRETO DE 5.3.2008

Declara a servidora Joana França Stockmeyer "Patrona da Servidora Pública Brasileira". Publicado no DOU de 6.3.2008.

DECRETO DE 5.3.2008

Convoca a II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
Publicado no DOU de 6.3.2008.

DECRETO DE 25.2.2008

Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.
Publicado no DOU de 26.2.2008.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2007

DECRETO DE 28.11.2007

Convoca a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 29.11.2007.

DECRETO DE 19.10.2007

Convoca a II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
Publicado no DOU de 22.10.2007.

DECRETO DE 11.10.2007

Institui a Comissão Intersetorial

de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e dá outras providências
Publicado no DOU de 15.10.2007.

DECRETO DE 26.9.2007

Estende o prazo previsto no art. 3o do Decreto de 25 de maio de 2007, que institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino.
Publicado no DOU de 27.9.2007.

DECRETO DE 5.9.2007

Convoca a 1a Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.
Publicado no DOU de 6.9.2007.

DECRETO DE 25.5.2007

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar propostas para a reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino.
Publicado no DOU de 28.5.2007.

DECRETO DE 10.5.2007

Convoca a 13a Conferência Nacional de Saúde e dá outras providências.
Publicado no DOU de 11.5.2007.

DECRETO DE 17.1.2007

Convoca a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
Publicado no DOU de 18.1.2007.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2006

DECRETO DE 1º.12.2006

Convoca a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 4.12.2006.

DECRETO DE 13.7.2006

Cria, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.
Publicado no DOU de 14.7.2006.

DECRETO DE 26.6.2006

Cria, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil - CNPCT.
Publicado no DOU de 27.6.2006.

DECRETO DE 3.5.2006

Cria, no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia.
Publicado no DOU de 4.5.2006 e republicado no D.O.U. de 10.5.2006.

DECRETO DE 16.3.2006

Convoca a Conferência Nacional dos Povos Indígenas e dá outras providências.
Publicado no DOU de 17.3.2006.

DECRETO DE 13.3.2006

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS.
Publicado no DOU de 14.3.2006.

DECRETO DE 10.1.2006

Convoca a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
Publicado no DOU de 11.1.2006.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2005

DECRETO DE 22.12.2005

Convoca a 2a Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca e dá

outras providências.
Publicado no DOU de 23.12.2005.

DECRETO DE 15.12.2005

Institui o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil.
Publicado no DOU de 16.12.2005.

DECRETO DE 8.11.2005

Institui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para elaborar proposta de formulação do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 9.11.2005.

DECRETO DE 10.10.2005

Dispõe sobre a 1a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Publicado no DOU de 11.10.2005.

DECRETO DE 14.7.2005

Convoca a 1a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências.
Publicado no DOU de 15.7.2005 e retificado no DOU de 18.7.2005.

DECRETO DE 23.2.2005

Dá nova redação ao art. 1o do Decreto de 23 de julho de 2004, que convoca a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
Publicado no DOU de 24.2.2005.

DECRETO DE 11.2.2005

Convoca a 2a Conferência Nacional das Cidades e dá outras providências.
Publicado no DOU de 14.2.2005.

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2004

DECRETO DE 30.12.2004

Institui o ano de 2005 como "Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial", e dá outras providências.
Publicado no DOU de 31.12.2004.

DECRETO DE 27.12.2004

Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.
Publicado no DOU de 28.12.2004.

DECRETO DE 20.8.2004

Institui, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, a Comissão Tripartite com o objetivo de promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento, e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e de raça, no emprego e na ocupação.
Publicado no DOU de 23.8.2004.

DECRETO DE 23.7.2004

Convoca a Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, e dá outras providências.
Publicado no DOU de 26.7.2004.

DECRETO DE 15.7.2004

Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de elaborar Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
Publicado no DOU de 16.7.2004.

DECRETO DE 13.2.2004

Dá nova redação ao inciso VI do art. 3o do Decreto de 31 de outubro de 2003, que institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desen-

volvimento do Milênio.
Publicado no DOU de 13.2.2004. (Edição extra).

DECRETOS NÃO NUMERADOS – ANO: 2003

DECRETO DE 18.12.2003

Convoca a 1a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.
Publicado no DOU de 19.12.2003.

DECRETO DE 27.8.2003

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para promover o debate nacional sobre os direitos sexuais e direitos reprodutivos, com ênfase na paternidade consciente e atuante.
Publicado no DOU de 28.8.2003.

DECRETO DE 22.8.2003

Acresce dispositivo ao Decreto de 13 de maio de 2003, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências.
Publicado no DOU de 25.8.2003.

DECRETO DE 18.8.2003

Convoca a 1a Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca e dá outras providências.
Publicado no DOU de 19.8.2003.

DECRETO DE 6.6.2003

Acresce alínea ao inciso I do art. 2o do Decreto de 13 de maio de 2003, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titu-

lação e registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos.
Publicado no DOU de 9.6.2003.

DECRETO DE 13.5.2003

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto no 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências.
Publicado no DOU de 14.5.2003.

DECRETO DE 10.3.2003

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta para a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.
Publicado no DOU de 11.3.2003.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 13.09.2000

Altera os artigos 34, 35, 156, 160, 167 e 168 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao ato das Disposições Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, beneficiando o atendimento à mulher.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20 DE 15.12.1998

Dispõe sobre o Regime Geral da Previdência Social, alterando entre muitas outras coisas, os direitos das mulheres à aposentadoria. A emenda enfraquece o conceito de seguridade social que permeia o sistema previdenciário e reforça o seu caráter contributivo.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 19.12.2003

Dispõe sobre diversos temas da Reforma da Previdência de interesse para a Mulher.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 08.12.2004

Altera dispositivos dos artigos 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 E 168 da Constituição Federal e acrescenta os artigos 103-A, 103-B, 111-A E 130-A, e dá outras providências, como:
Art. 5°, § 3°da Constituição Federal - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quinto dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO, DE 27.11.2003

Acrescenta incisos aos artigos 235 e 241, modifica o parágrafo 2º do artigo 241 do regimento interno da câmara dos deputados e garante licença à gestante para deputada federal.

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 25.06.2003

Institui o diploma Mulher-Cidadã Carlota Pereira de Queirós, e dá outras providências.

PORTARIAS

PORTARIAS - ANO: 2010

PORTARIA Nº 2.326, DE AGOSTO DE 2010

Cria Grupo de Trabalho para coordenação do processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

PORTARIA Nº 1.881, DE 13 DE JULHO DE 2010

Dispõe sobre a realização da I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.

PORTARIA Nº 1.667, DE 18 DE AGOSTO DE 2010

Designa para compor o Comitê Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3.

PORTARIA Nº 749, DE 29 DE ABRIL DE 2010

Cria Grupo de Trabalho para coordenação do processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

PORTARIA Nº 176, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2010

Cria Grupo de Trabalho para monitoramento e avaliação do Sistema de Informações referente ao enfrentamento ao tráfico de pessoas.

PORTARIA Nº 85, DE 10 DE AGOSTO DE 2010

Institui as Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta que se seguem, compreendidas no âmbito do II Plano Nacional

de Políticas para as Mulheres, da Política e do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, e referendadas pelo Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE AGOSTO DE 2010

Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho para realização de estudos sobre os impactos sócio econômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas previstos na Constituição Federal.

PORTARIA Nº 69, DE 14 DE JUNHO DE 2010

Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho para discutir, elaborar e encaminhar propostas para ampliação dos Direitos de Proteção Previdenciária e de Seguridade Social das Mulheres, de acordo com as prioridades do Capítulo I do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que trata da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo de Trabalho, com Inclusão Social.

PORTARIA Nº 63, DE 26 DE MAIO DE 2010

Institui Grupo de Trabalho para realização de estudos sobre os impactos sócio-econômicos de uma proposta de ampliação dos direitos assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras domésticas, previstos na Constituição Federal.

PORTARIA Nº 60, DE 26 DE MAIO DE 2010

Designa os conselheiros e conselheiras, representantes governamentais, da sociedade civil, de organizações sindicais, associa-

tivas, profissionais ou de classe que atuem na promoção dos direitos das mulheres e demais entidades para compor o Conselho Consultivo do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

PORTARIA Nº 55, DE 18 DE MAIO DE 2010

Institui, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Grupo de Trabalho sobre Igualdade no Mundo do Trabalho.

PORTARIA Nº 48, DE 05 DE MAIO DE 2010

Institui Grupo de Trabalho para discutir, elaborar e encaminhar propostas para ampliação dos Direitos de Proteção Previdenciária e de Seguridade Social das mulheres, de acordo com as prioridades do Capítulo I do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que trata da Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo de Trabalho, com Inclusão Social.

PORTARIA Nº 46, DE 22 DE JUNHO DE 2010

Institui o Comitê Gestor do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, composto por um representante, titular e suplente, indicados pelos órgãos nele representados.

PORTARIA Nº 33, DE 13 DE ABRIL DE 2010

Designa os/as integrantes para compor o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar a proposta de criação do Memorial da Mulher Brasileira:

PORTARIA Nº 26, DE 31 DE MARÇO DE 2010

Institui, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Grupo de Trabalho sobre a Igualdade no Mundo do Trabalho.

PORTARIA Nº 06, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2010

Indica os membros titulares e suplentes da Comissão Organizadora Nacional da II Conferência Nacional de Cultura, nos termos em que foram designados pelos órgãos listados no Anexo I da Portaria nº 65, de 2009.

PORTARIA Nº 01, 31 DE MAIO DE 2010

Fica instituído o Grupo de Trabalho Executivo Multisetorial - GTEM para promover ações objetivando identificar e avaliar de forma conclusiva as prestações de contas finais dos convênios e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR (UG 200016 e 110244), da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR/PR (UG 238012) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR (UG 200021), cuja vigência tenha expirado até 31 de dezembro de 2009.

PORTARIAS - ANO: 2009

PORTARIA Nº 3.592 , DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009

Designa os seguintes membros para compor o Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica.

PORTARIA Nº 381, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2009

Institui o Comitê MDS de Políticas para as Mulheres e de Gênero e dá outras providências.

PORTARIA Nº 186, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2009

Designa membros para compor o Conselho Nacional dos Direitos

da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE durante a gestão 2009-2011.

PORTARIA N° 87, DE 5 DE OUTUBRO DE 2009

Realiza a seleção de projetos enviados por governos estaduais, tendo em vista a celebração de convênio para apoio à construção de 15 planos estaduais de políticas para as mulheres, de acordo com o especificado no regulamento do concurso: Construção do Plano Estadual de Política para as Mulheres - SPM/PR;

PORTARIA Nº 70, DE 17 DE AGOSTO DE 2009

Prorroga pelo período de 07 de agosto a 07 de novembro de 2009 o prazo de que trata o caput do art. 2º da Portaria da Secretaria de Política para as Mulheres - SPM/PR nº 36, de 07 de maio de 2009.

PORTARIA N° 63, DE 6 DE AGOSTO DE 2009

Aprova o Regimento Interno do Prêmio de "Boas Práticas na Aplicação, Divulgação ou Implementação da Lei Maria da Penha".

PORTARIA Nº 48, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

Designa os membros para compor o Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - CAM/PLANAPIR, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

PORTARIA Nº 45, DE 4 DE JUNHO DE 2009

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a apresentação de projetos para a realização de eventos de sensibilização e mobilização, a serem apoiados no âmbito das ações previstas

em seu Plano Plurianual - PPA para o período 2008-2011.

PORTARIA Nº 43, DE 3 DE JUNHO DE 2009

Designa os seguintes membros para compor a Comissão para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

PORTARIA N° 38, DE 14 DE MAIO DE 2009

Designa os/as integrantes para compor o Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo, Sexismo e Lesbofobia, no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA Nº 36, DE 7 DE MAIO DE 2009

Institui Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com a finalidade de elaborar propostas para a implementação do Capítulo 09 do referido Plano, que trata do enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia.

PORTARIA Nº 29, DE 23 DE ABRIL DE 2009

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a apresentação de projetos para implementação e execução das ações previstas em seu Plano Plurianual - PPA para o período 2008-2011.

PORTARIA Nº 25, DE 30 DE JULHO DE 2009

Aprova o Regimento Interno do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM - 3a edição.

PORTARIA Nº 23, DE 31 DE MARÇO DE 2009

Estabelece procedimentos, crité-

rios e prioridades para a implementação e execução das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2009.

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE MARÇO DE 2009

Institui Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA Nº 15, DE 11 DE MARÇO DE 2009

Institui Comissão para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

PORTARIA Nº 12, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2009

Institui Grupo de Trabalho no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIAS - ANO: 2008

PORTARIA Nº 647, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2008

Aprova as Normas para a Implantação e Implementação da Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória - PNAISARI.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 583-A, DE 14 DE MAIO DE 2008

Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para articulação da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos e preparação da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - CONFINTEA no âmbito das ações

vinculadas à Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

PORTARIA Nº 432, DE 2 DE JULHO DE 2008

Constitui comissão técnica interministerial com objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.

PORTARIA Nº 344, DE 28 DE MAIO DE 2008

Constitui Grupo de Trabalho Nacional com o objetivo de coordenar as atividades preparatórias, formular propostas, orientar as conferências estaduais e distrital e dirigir as plenárias da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos - 11ª CNDH.

PORTARIA Nº 343, DE 23 DE JULHO DE 2008

Designa os seguintes membros para comporem a Comissão Tripartite, que tem por objetivo a promoção de políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento, e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e de raça, no emprego e na ocupação.

PORTARIA Nº 345, DE 23 DE JULHO DE 2008

Designa para compor a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, instituída pela Portaria nº 952, de 8 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2003, Seção 1, pág. 80, os seguintes membros, titulares e suplentes.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 320, DE 27 DE MAIO DE 2008

Institui Parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento de programas referentes

a questões de gênero, observadas a Política Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação e a Política Nacional para as Mulheres.

PORTARIA Nº 319, DE 2 DE MAIO DE 2008

Designa os membros para compor o Comitê Gestor Nacional do Programa Territórios da Cidadania.

PORTARIA Nº 208, DE 1º DE ABRIL DE 2008

Designa os membros do Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentações Básica.

PORTARIA Nº 206, DE 31 DE MARÇO DE 2008

Designa os membros do Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente.

PORTARIA Nº 62, DE 30 DE SETEMBRO DE 2008

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

Institui Comitê Técnico de Estudos Gênero e Uso do Tempo.

PORTARIA Nº 58, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008

Designa as conselheiras representantes governamentais, da sociedade civil e de Notório Conhecimento das Questões de Gênero para compor o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM no biênio 2008-2010.

PORTARIA Nº 53, DE 28 DE AGOSTO DE 2008

Designa os representantes, titulares e suplentes, para compor o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR, no biênio 2008 – 2010.

PORTARIA Nº 45, DE 10 DE JULHO DE 2008

Designa os membros para compor a Coordenação Nacional para a implementação do Mutirão de Assistência Jurídica às Mulheres em Situação de Prisão.

PORTARIA Nº 34, DE 17 DE JUNHO DE 2008

Institui a Câmara Técnica do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher com a finalidade de propor e elaborar ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, deliberar sobre a destinação dos recursos federais para essas ações, coordenar a execução do Pacto, monitorar o seu desenvolvimento, o cumprimento das metas apresentadas, elaborar estratégias e avaliar resultados.

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE MAIO DE 2008

Institui no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Comitê Ad Hoc do Programa Pró-Eqüidade de Gênero.

PORTARIA Nº 25, DE 23 DE JANEIRO DE 2008

Institui o Comitê Interno de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de contribuir para a elaboração de propostas de ações, realizar estudos técnicos sobre o tema e analisar viabilidades técnico financeiras que subsidiem a inclusão das questões de gênero e políticas públicas para as mulheres, nas áreas de competência do Ministério do Meio Ambiente.

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE ABRIL DE 2008

Institui a Comissão de Avaliação das Candidaturas de Entidades da sociedade civil para a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no biênio 2008/2010.

PORTARIA Nº 21, DE 6 DE MARÇO DE 2008 - Departamento Penitenciário Nacional

Estabelece procedimentos e critérios para a concessão de financiamento de projetos, ações ou atividades com recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, no exercício de 2008, visando à assistência jurídica para mulheres em situação de prisão, conforme disposto no Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA Nº 20, DE 9 DE JUNHO DE 2008

Designa os membros para compor o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP instituído no âmbito do Ministério da Justiça.

PORTARIA Nº 9, DE 3 DE MARÇO DE 2008

Designa os membros para compor o Comitê de Articulação de Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA N° 8, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008

Designa os membros para compor a Comissão Julgadora do 3º PRÊMIO CONSTRUINDO IGUALDADE DE GÊNERO, categorias graduado e estudante de graduação.

PORTARIA Nº 4, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2008

Designa os membros para compor a Comissão Julgadora do 3º PRÊMIO CONSTRUINDO IGUALDADE DE GÊNERO, categoria de estudantes do Ensino Médio.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008

Institui o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, que visa fortalecer organizações produtivas de trabalhadoras rurais através de políticas públicas de apoio à produção e comercialização.

PORTARIAS - ANO: 2007

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.386, DE 9 DE AGOSTO DE 2007

Prorroga até 07 de setembro o prazo para a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, instituído no âmbito do Ministério da Justiça com o objetivo de elaborar proposta de Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, nos termos do Decreto no- 5.948, de 26 de outubro de 2006 e da Portaria Conjunta MJ/SEDH/SPM no- 631, de 13 de março de 2007.

PORTARIA CONJUNTA Nº 631, DE 13 DE MARÇO DE 2007

Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho Interministerial instituído no âmbito do Ministério da Justiça com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

PORTARIA Nº 492-T/GC3, DE 24 DE JULHO DE 2007

Aprova o Símbolo Comemorativo dos 25 anos da Mulher Militar na FAB e dá outras providências.

PORTARIA Nº 260, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2007

Constitui a Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que se realizará no período de 9 a 11 de maio de 2008, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

PORTARIA Nº 253, DE 15 DE JUNHO DE 2007

Designa os membros do Fórum Nacional da Previdência Social – FNPS.

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE MARÇO DE 2007

Fica aprovado o Regimento Interno do Fórum Nacional da Previdência Social - FNPS, na forma do anexo da presente Portaria.

PORTARIA Nº 50, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007

Aprova o Regimento Interno do Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM.

PORTARIA Nº 48, DE 13 DE SETEMBRO DE 2007

Aprova o Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, na forma dos anexos I, II e III desta portaria.

PORTARIA Nº42, DE 23 DE AGOSTO DE 2007

Institui o Fórum Nacional de Elaboração de Política de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com a finalidade de formular e debater propostas de políticas públicas relacionadas à problemática e à realidade destas mulheres.

PORTARIA Nº 20, DE 11 DE JUNHO DE 2007

Institui o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, com a finalidade de propor, acompanhar e discutir as políticas dirigidas as mulheres em todo país bem como a incorporação do olhar de gênero no âmbito da gestão pública.

PORTARIA CONJUNTA Nº 7, DE 16 DE AGOSTO DE 2007

Constitui Grupo de Trabalho, com o objetivo de avaliar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em suas interfaces com o MDA/INCRA e elaborar proposta para a revisão do Plano no período de 2008-2011.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 20 DE AGOSTO DE 2007

Estabelece cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com o objetivo de apoiar a realização da II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres.

PORTARIA Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2007

Aprova o Regimento Interno da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, conforme estabelecido no Anexo desta Portaria.

PORTARIAS - ANO: 2006

PORTARIA Nº 3.178 , DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006.

Designa os membros para comporem o Grupo de Trabalho (GT) sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS).

PORTARIA Nº 1.358, DE 23 DE JUNHO DE 2006

Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.

PORTARIA Nº 281, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006

Designa os representantes, titulares e suplentes, de que trata os incisos I a III do art. 3º do Decreto nº 5.069, de 2004, e aqueles indicados pelas entidades e organizações da sociedade civil organizada elencadas no Anexo da Portaria nº 253, de 09 de agosto de 2006 do Secretário Especial de Aqüicultura e Pesca, que participarão do segundo mandato do Conselho Nacional de Aqüicultura e Pesca, conforme Anexo I desta Portaria.

PORTARIA Nº 133, DE 5 DE OUTUBRO DE 2006

Designa para compor a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, instituída pela Portaria nº 952, de 8 de julho de 2003, publicada no DOU de 9 de julho de 2003, Seção 1, página 80, os membros, titulares e suplentes.

PORTARIA Nº 127, DE 13 DE SETEMBRO DE 2006

Designa para compor a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, os representantes, titulares e suplentes.

PORTARIA Nº 123, DE 3 DE AGOSTO DE 2006

Designa membros para integrar o Conselho Nacional de Juventude.

PORTARIA Nº 76, DE 16 DE JUNHO DE 2006

Designa membros para compor o Conselho Nacional dos Direitos

da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE.

PORTARIA Nº 70, DE 8 DE AGOSTO DE 2006

Nomea os membros para comporem a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros - CADARA, instituída meio da Portaria n.º 4.542 de 28 de dezembro de 2005.

PORTARIA Nº 51, DE 26 DE ABRIL DE 2006

Designa os membros, titulares e suplentes, para compor a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI, instituída pela Portaria nº 952, de 8 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2003, Seção 1, página 80.

PORTARIA Nº 37, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006

Designa os membros para compor a Comissão Julgadora do 2º PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO, categoria de estudantes do Ensino Médio.

PORTARIA Nº 35, DE 3 DE MAIO DE 2006

Designa para o encargo de membros titulares e suplentes do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, os representantes do Governo Federal.

PORTARIA Nº 13, DE 14 DE MARÇO DE 2006

Designa os membros para compor a Comissão Julgadora do 1° PRÊMIO CONSTRUINDO A IGUALDADE DE GÊNERO, categoria de estudantes do Ensino Médio.

PORTARIA Nº 5, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Articulação e Moni-

toramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Institui comitê de monitoramento dos convênios estabelecidos pela Secretaria de Políticas para Mulheres –SPM/PR.

PORTARIAS - ANO: 2005

PORTARIA MS Nº 427, DE 22.03.2005

Institui a Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e dá outras providências.

PORTARIA MS Nº 426, DE 22.03.2005

Institui, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida e dá outras providências.

PORTARIAS - ANO: 2004

PORTARIA SPM Nº 56, DE 09.12.2004

PORTARIA MS Nº 2.406, DE 05.11.2004

Institui serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação.

PORTARIA SPM Nº 45, DE 26.08.2004

Designar os membros do Grupo de Trabalho Interministerial que irão elaborar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

PORTARIA SPM Nº 43, DE 29.07.2004

Reabrir o prazo previsto na Portaria Nº 26 de 27 de Abril de 2004, para apresentação e admissibilidade de projetos a serem apoia-

dos no âmbito de programação constante da Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004 que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

PORTARIA SPM Nº 26, DE 27.04.2004

Divulga o Termo de Referência que estabelece os critérios para a apresentação e admissibilidade dos projetos referentes ao combate à violência contra as mulheres.

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.426, DE 2004

Portaria Interministerial MS/SDH/SPM nº 1.426, de 2004 que aprovou as diretrizes para a implantação e implementação da atenção à saúde de adolescentes em conflito com a lei, em regime de internação e internação provisória.

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

CONVENÇÃO DA OIT Nº 189, DE 2011

Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, acompanhada de uma recomendação com o mesmo título (nº201).

CONVENÇÃO DA OIT Nº 183, DE 1988

Estabelece a proteção à maternidade, ampliando os dispositivos da Convenção nº 103, de 1966.

CONVENÇÃO DA OIT Nº 103, DE 1966

Dispõe sobre o amparo à maternidade.

CONVENÇÃO DA OIT Nº 111, 1958

Dispõe sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão.

CONVENÇÃO DA OIT Nº 103, DE 1953

Dispõe sobre a igualdade de remuneração pelo mesmo trabalho entre mulheres e homens.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994
Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, adotada pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA em 06 de junho de

1994, ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995 e promulgada pelo Decreto 1.973, de 1º de outubro de 1996.
Esta Convenção define a violência contra a mulher e estabelece sua dimensão: "(...) entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada" (Artigo 1º).

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Pacto de San José da Costa Rica, 1969

CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER, 1979

Mais conhecida como CEDAW (sua sigla em inglês), a carta magna dos Direitos da Mulher tirada nesta convenção, é de caráter bastante amplo; trata da discriminação contra a mulher em todos os campos: saúde, trabalho, violência, poder.

A Convenção foi aprovada pela ONU em 1979, ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas aos artigos 15, § 4º e 16, § 1º (a), (c), (g) e (h) (retirados em 1994), referentes, respectivamente, à liberdade de movimento, escolha de domicílio e casamento.

Para monitorá-la, foi criado o Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, composto por peritos eleitos entre os Estados-parte. Os Estados- parte se comprometeram a apresentar relatórios sobre medidas que levem ao cumprimento dos compromissos assumidos, no intervalo de quatro anos ou sempre que for solicitado.

O Brasil submeteu seu primeiro Relatório, na 29ª sessão do Comitê, realizada entre os dias

30 de junho a 18 de julho de 2003, 17 anos após a assinatura da Convenção. O documento apresentado destacou as medidas legislativas, administrativas e judiciais adotadas pelo Estado brasileiro, a partir de 1985, em cumprimento à Convenção, bem como, os obstáculos existentes à sua total implementação.

Ao examinar o Relatório o Comitê manifestou seu reconhecimento pelos avanços alcançados pelo Brasil e expressou sua preocupação com "as grandes diferenças existentes entre as garantias constitucionais de igualdade entre as mulheres e os homens e a situação socioeconômica, cultural e política em que se encontram de fato as mulheres no Estado-Parte, diferenças que se intensificam no caso das mulheres afrodescendentes e mulheres indígenas".

Recomendando ao Estado-Parte "que zele pela plena aplicação da Convenção e das garantias constitucionais mediante uma reforma legislativa ampla e orientada para proporcionar uma igualdade de direitos, e que estabeleça um mecanismo de monitoramento para assegurar o pleno cumprimento das leis. Recomenda que o Estado-parte zele para que os encarregados de aplicar as leis em todos os níveis tenham pleno conhecimento do conteúdo dessas leis".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O presente material utilizou como fonte os seguintes portais: Portal da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Portal de Legislação do Governo Federal; Portal do Ministério da Saúde; Portal da Câmara dos Deputados.
As consultas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2014 e março de 2015.

PORTAL da legislação do Governo Federal. Disponível em: < http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1>. Acesso em mar. 2015.

SECRETARIA de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Disponível em <http://www.spm.gov.br/sobre/legislacao/legislacao-nacional-referente-as-mulheres>
Acesso em jan. 2015.

MINISTÉRIO da Saúde. Disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-1426.htm>. Acesso em fev. 2015.

CÂMARA dos deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em mar. 2015.

Site: pvmulher.com.br
TV PV Mulher: tv.pvmulher.com.br
Email: mulheres@pv.org.br